



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA**
-----**DE VINTE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**-----

-----**ATA NÚMERO DOIS DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**-----

-----Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea a), no n.º 1, do artigo 16º do seu Regimento, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor André Eduardo Tita Gonçalves, coadjuvado pela Senhora Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio e pela Senhora Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício.- -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças” (**DOC.01/02**), para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

-----Gabriel Gustavo Boto Ramos; Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio; Ana Maria Charrama Farinho; Paula Cristina Barão Ramos; Mário da Costa Daniel; João Augusto Espadeiro Ramos; Rui Miguel Costa Apolinário; João Francisco Torrado Guerreiro; Maria José Fialho Silva; António José dos Santos Gomes; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; Maria de Fátima Bastos Ramos Ramalho; José Francisco Lúcio Galego; José Gonçalo Garradas Valente; José Manuel Chaparro Neves; Rui Manuel Ramalho Almeida; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Tiago António Lucas Batista - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; Manuel António Patinho Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de S. Miguel; Hélder Manuel Túbal Raposo – Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena – Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador; Helena de Fátima Caeiro Amaro – Presidente da Junta de Freguesia de Safara e José Manuel da Palma Morais – Presidente da Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração. -----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Maria Helena Gomes da Costa Pais, Teresa Dolores Soares Infante e Rui Pedro de Jesus Rodrigues.-----

Ata N.º 02 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Moura

-----Foi convocada para tomar posse a senhora Serafina dos Santos Costa Patrício, que justificou a sua ausência, sendo a mesma apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar à Ordem do Dia. -----

----- ORDEM DO DIA -----

-----**1. Apreciação e Votação da Ata N.º 01/2025 - Sessão de Instalação dos Órgãos Autárquicos para o Quadriénio de 2025/2029, realizada em 03 de novembro de 2025 (DOC.02/02)**-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Não se verificando intervenções, o senhor Presidente informou que passariam à votação da Ata N.º 01/2025. -----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com 25 votos a favor, **aprovar** a ata n.º 01/2025 - Sessão de Instalação dos Órgãos Autárquicos para o Quadriénio de 2025/2029, realizada em três de novembro. -----

-----**2. Eleição de Representantes da Assembleia Municipal de Moura na Assembleia Intermunicipal da CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (DOC.03/02)**-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições e informou que a tomada de posse dos eleitos da CIMBAL seria no dia dois de dezembro pelas dezoito horas. -----

Ata N.º 02 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Calista

-----Tomou a palavra o eleito Gabriel Ramos, que cumprimentou todos os presentes, desejou a todos um bom mandato. Dirigiu uma palavra de apreço aos novos presidentes de Junta de Freguesia recentemente eleitos e também aos eleitos do PSD, pelo regresso a essa casa da democracia. Referiu que as propostas da Ordem do Dia deveriam ter sido acompanhadas de alguma nota informativa. Pediu que fosse remetida informação sobre o número de vezes e as datas em que ocorreram as reuniões do Conselho do mandato anterior, e questionou sobre o motivo da não apresentação de proposta de Designação de Representantes para o Conselho Municipal de Segurança e Conselho Municipal da Juventude. Relativamente à questão da CIMBAL, o eleito apresentou a proposta de votação pelo método de Hondt, com uma lista conjunta, com dois elementos do PS e dois elementos da CDU. -----

-----Fez uso da palavra o eleito José Galego, que cumprimentou os presentes e apresentou uma proposta em nome da bancada do PS: **(DOC.04/02)** -----

-----“Os eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Moura, relativamente ao Ponto 2 da Ordem do Dia: Eleição de Representante da Assembleia Municipal de Moura na Assembleia Intermunicipal da CIMBAL, Comunidade Intermunicipal do Alentejo, propõem a seguinte lista de candidatos:-----

-----Membros efetivos:-----

-----1. José Francisco Lúcio Galego -----

-----2. Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio -----

-----3. Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio -----

-----4. Rui Miguel Costa Apolinário -----

-----Membros suplentes:-----

-----1. Paula Cristina Barão Ramos -----

-----2. José Manuel Chaparro Neves -----

-----3. Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita -----

-----4. António José dos Santos Gomes -----

-----Moura, 20 de novembro de 2025” -----

-----Retomou a palavra o eleito Gabriel Ramos, referiu que não havendo uma proposta em comum, apresentaria a proposta da CDU, que passou a ler: **(DOC.05/02)**-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. F. Silva

-----“A CDU tem uma proposta de eleição de representante da Assembleia Municipal de Moura na Assembleia Intermunicipal da CIMBAL, Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, membros efetivos: -----

-----1. João Augusto Espadeiro Ramos -----

-----2. José Gonçalo Garradas Valente -----

-----3. Maria José Fialho Silva -----

-----4. Ana Maria Farinho -----

-----Membros suplentes: -----

-----1. Gabriel Gustavo Boto Ramos -----

-----2. Natália de Jesus Costa de Oliveira Pão-Duro -----

-----Moura, 20 de novembro de 2025.”-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que alguns pontos para designação de representantes nos conselhos municipais que não constavam da Ordem do Dia, seriam submetidos na próxima reunião de Assembleia Municipal. -----

-----Fez uso da palavra o eleito João Guerreiro, que saudou os presentes. Frisou que se tratava de um momento histórico para o PSD, o regresso à representatividade neste órgão. O eleito referiu que, em coligação com a bancada do CHEGA, tinham uma proposta para apresentar, mas que subsistia uma dúvida, relativamente a um dos membros não ter tomado posse. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia mencionou que, pela informação que dispunha, se o membro não tinha tomado posse, não fazia parte da Assembleia, ao que o eleito João Guerreiro retorquiu, afirmando que nesse caso não apresentariam a proposta. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação por escrutínio secreto, designando a proposta do PS por Lista A e a proposta da CDU por Lista B. --- -----

-----No uso da palavra, o eleito Gabriel Ramos pediu esclarecimento sobre o método de votação, se seria método de Hondt, o que foi confirmado pelo senhor Presidente da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Moura

-----O Presidente da Assembleia colocou as propostas a votação. -----

-----Após a contagem dos votos, o eleito José Maria Pós-de-Mina pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes e afirmou que tinha sido cometida uma irregularidade na votação, uma vez que os Presidentes das Juntas de Freguesia não podiam participar na mesma. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia colocou as propostas novamente a votação, sem o voto dos Presidentes das Juntas de Freguesia, obtendo-se o seguinte resultado da votação: -----

-----Votação/Mandatos: -----

-----Lista A – 9 votos - 2 mandatos -----

-----Lista B - 8 votos - 2 mandatos -----

-----Votos Brancos – 3 votos. -----

-----Assim, efetuada a contagem dos votos, o colégio eleitoral deliberou, por escrutínio secreto, recorrendo ao método de Hondt, eleger por **maioria** e, em representação desta Assembleia Municipal, os seguintes membros para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL):

-----Membros efetivos:-----

-----José Francisco Lúcio Galego ----- Lista A

-----João Augusto Espadeiro Ramos ----- Lista B

-----Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio ----- Lista A

-----José Gonçalo Garradas Valente ----- Lista B

-----Membros suplentes:-----

-----Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio ----- Lista A

-----Maria José Fialho Silva ----- Lista B

-----Rui Miguel Costa Apolinário ----- Lista A

-----Ana Maria Charrama Farinho ----- Lista B



-----3. Designação de Representante das Juntas de Freguesias e União de Freguesias e seu substituto na ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. (DOC.06/02)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Tomou a palavra o eleito José Galego, que apresentou uma proposta em nome da bancada do PS: -----

-----“Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Moura relativamente ao Ponto 3 da Ordem do Dia: Designação de Representante das Freguesias e União de Freguesias e seu substituto na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, propõe os seguintes representantes: -----

-----Efetivos – Helena de Fátima Caeiro Amaro -----

-----Suplente – Manuel António Patinho Correia -----

-----Moura, 20 de novembro de 2025” -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Junta do Sobral da Adiça, Hélder Raposo, que cumprimentou todos os presentes, e desejou a todos um excelente trabalho: “Com sentido de responsabilidade e cooperação conseguiremos reforçar o desenvolvimento das nossas freguesias e contribuir para um concelho de Moura cada vez melhor”. E prosseguiu: “No âmbito da análise dos pontos três, quatro, cinco, seis e sete, da Ordem de Trabalhos, importa realçar que estes exigem uma reflexão conjunta e uma articulação cuidada entre todos os Presidentes de Junta. Assim, de forma a não comprometer o normal desenrolar dos trabalhos, venho solicitar à Mesa uma interrupção de cinco minutos, para que os Presidentes de Junta se possam reunir, esclarecer dúvidas, trocar informações essenciais, alinhar uma posição conjunta relativamente a estes pontos, e garantir o pleno sentido de participação de todos nos diversos organismos. Só desta forma poderemos em conjunto juntos chegarmos a um consenso equilibrado e representativo. O objetivo deste pedido é simples: assegurar clareza, responsabilidade e eficácia, na representação das Freguesias de Moura, contribuindo para decisões mais sólidas e bem fundamentadas”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Fez uso da palavra o eleito Rui Apolinário. Cumprimentou todos os presentes, desejou a todos um trabalho profícuo e felicitou o PSD pelo regresso à Assembleia Municipal. Afirmou concordar inteiramente com a proposta apresentada pelo senhor Presidente Hélder Raposo, e reforçou à Mesa o pedido de cinco minutos para conferenciar. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os trabalhos por um período de cinco minutos. -----

-----Retomados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia questionou se teriam chegado a um consenso, o qual foi confirmado pelo Presidente Hélder Raposo.

-----Foi presente proposta conjunta dos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, apresentando lista com os seguintes representantes, a qual foi designada pela Presidente da Assembleia de Proposta A: -----

-----Membro efetivo:-----

-----Helena de Fátima Caeiro Amaro -----

-----Membro suplente: -----

-----Tiago António Lucas Batista -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação por escrutínio secreto.-----

-----Votos a favor: 23 votos -----

-----Votos em brancos: 3 votos -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, por escrutínio secreto, aprovar a **Proposta A**, apresentada pelos **Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias**, e designar como membro efetivo a Presidente da Junta de Freguesia de Safara, Helena de Fátima Caeiro Amaro e como membro suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, Tiago António Lucas Batista, na **Associação Nacional de Municípios Portugueses**.-----

-----**4. Designação de Representante das Juntas de Freguesias e União de Freguesias e seu substituto no Conselho Municipal de Educação de Moura. (DOC.07/02)**-----

Ata N.º 02 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf. - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |
e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Barata

-----Foi presente proposta conjunta dos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, apresentando lista com os seguintes representantes, a qual foi designada pelo Presidente da Assembleia de Proposta A: -----

-----Membro efetivo:-----

-----Francisco Manuel Canudo Sena -----

-----Membro suplente: -----

-----Hélder Manuel Túbal Raposo -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação por escrutínio secreto. --- -----

-----Votos a favor: 23 votos -----

-----Votos em brancos: 3 votos -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, por escrutínio secreto, aprovar a Proposta A, apresentada pelos **Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias**, e designar como membro efetivo o Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, Francisco Manuel Canudo Sena e como membro suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, Hélder Manuel Túbal Raposo, no **Conselho Municipal de Educação de Moura**. --- -----

-----**5. Designação de Representante das Juntas de Freguesias e União de Freguesias e seu substituto no Conselho Cinegético Municipal. (DOC.08/02)** -----

-----Foi presente proposta conjunta dos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, apresentando lista com os seguintes representantes, a qual foi designada pelo Presidente da Assembleia de Proposta A: -----

-----Membro efetivo:-----

-----Hélder Manuel Túbal Raposo -----

-----Membro suplente: -----

-----Francisco Manuel Canudo Sena -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação por escrutínio secreto. --- -----



-----Votos a favor: 23 votos -----

-----Votos em brancos: 3 votos -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, por escrutínio secreto, aprovar a Proposta A, apresentada pelos **Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias**, e designar como membro efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, Hélder Manuel Túbal Raposo e como membro suplente o Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista), Francisco Manuel Canudo Sena, no **Conselho Cinegético Municipal**.-----

-----**6. Designação de Representante das Juntas de Freguesias e União de Freguesias e seu substituto na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. (DOC.09/02)** -----

-----Foi presente proposta conjunta dos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, apresentando lista com os seguintes representantes, a qual foi designada pelo Presidente da Assembleia de Proposta A: -----

-----Membro efetivo:-----

-----Tiago António Lucas Batista -----

-----Membro suplente: -----

-----José Manuel da Palma Moraes -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação por escrutínio secreto. --- -----

-----Votos a favor: 23 votos -----

-----Votos em brancos: 3 votos -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, por escrutínio secreto, aprovar a Proposta A, apresentada pelos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, e designar como membro efetivo o Presidente da Freguesia de Amareleja, Tiago António Lucas Batista e como membro suplente o Presidente da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração, José Manuel da Palma Moraes, na **Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**. -----



-----7. Designação de Representante das Juntas de Freguesias e União de Freguesias e seu substituto na Comissão Municipal de Assuntos Taurinos. (DOC.10/02)-----

-----Foi presente proposta conjunta dos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, apresentando lista com os seguintes representantes, a qual foi designada pelo Presidente da Assembleia de Proposta A: -----

-----Membro efetivo:-----

-----Manuel António Patinho Correia -----

-----Membro suplente: -----

-----Hélder Manuel Túbal Raposo -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação por escrutínio secreto.-----

-----Votos a favor: 24 votos -----

-----Votos em brancos: 2 votos -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, por escrutínio secreto, aprovar a Proposta A, apresentada pelos Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, e designar como membro efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel, Manuel António Patinho Correia, e como membro suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, Hélder Manuel Túbal Raposo, na **Comissão Municipal de Assuntos Taurinos**. -----

-----8. Designação de Representante e seu substituto na Comissão Municipal de Licenciamento Comercial. (DOC.11/02)-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia sugeriu a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos, uma vez que tinha apurado, juntamente com o departamento jurídico do Município, que a legislação tinha sido revogada, e subsistiam algumas dúvidas. Verificou-se que, por unanimidade, todos os eleitos concordaram com a retirada do ponto.-----

-----**Este ponto foi retirado da Ordem do Dia**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----9. Proposta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Moura e a Comoiprel - Cooperativa Mourense de Interesse Público e Responsabilidade Limitada, para o ano de 2025. (DOC.12/02)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra a eleita Paula Ramos, que cumprimentou os presentes. Referiu que, enquanto cooperante da COMOIPREL, se retiraria da votação, assim como os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da sua bancada e o eleito José Neves. -----

-----Retirou-se da sala igualmente o eleito José Maria Pós-de-Mina e os Presidentes de Junta do Sobral da Adiça e da Amareleja. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia verificou a existência de quórum e informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra o eleito João Ramos. Cumprimentou todos os presentes, desejou um trabalho profícuo a todos. Afirmou não restarem dúvidas sobre a importância da COMOIPREL para o concelho de Moura, das atividades desenvolvidas, nomeadamente de cariz social e a importância que tem tido para o concelho, na área da atividade económica. Colocou uma questão, como pergunta e também como posicionamento da CDU: *“É que nós estamos no mês de novembro, estamos a quarenta dias do fim do ano, e agora é que aparece o Contrato-Programa para o ano de dois mil e vinte e cinco, ou seja, até se dá o caricato de ser aprovado, numa Assembleia que está em funções apenas este período muito pequeno do ano, vai aprovar um documento que tem efetividade de funções para um ano inteiro, onde até à Assembleia não esteve em funções, porque esteve outra Assembleia, com muitos dos membros que aqui estão. E por isso é que nos causa alguma estranheza que este documento venha no final do ano, um documento que é um Contrato-Programa, que é para funcionamento do ano inteiro”*. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, e disse: *“Não está composta toda a Assembleia, mas iniciando a minha primeira intervenção, gostava de saudar todos e todas os eleitos da Assembleia Municipal, as senhoras e os senhores*



vereadores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e a distinta Mesa, também regozijar-me pelo regresso do PSD a uma casa que é sua, sem dúvida nenhuma, é com muita satisfação que vejo novamente o PSD na nossa casa-mãe. Respondendo à pergunta que coloca, de facto, é uma questão que vamos ter que corrigir e melhorar, é óbvio, e fica já registada esse posicionamento no tocante ao “timing” da apresentação do Contrato-Programa”. -----

-----Não se verificando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia afirmou que passariam à votação. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com 7 votos a favor e 10 abstenções, **aprovar** a proposta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Moura e a Comoiprel – Cooperativa Mourense de Interesse Público e Responsabilidade Limitada, para o ano de dois mil e vinte e cinco, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----Não votaram este ponto da Ordem do Dia os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o eleito José Maria Pós-de-Mina, a eleita Paula Ramos e o eleito José Manuel Neves, pelo facto de se terem retirado da sala, por motivos legais. -----

-----**10. Proposta para conhecimento – Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Moura. (DOC.13/02)** -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina. Referiu que se tratava de apreciar acontecimentos que tinham decorrido no mandato anterior, mas que se iriam refletir no atual mandato, e uma vez que ainda se iria discutir e aprovar a prestação de contas, faria todo o sentido abordar o tema. E prosseguiu: “A primeira questão que eu queria aqui referir, é uma questão de natureza formal. O princípio do relatório refere que: “em conformidade com o previsto na alínea d) do número 2 do artigo 77, apresentamos informação sobre a situação económica e financeira do município”. Nesta documentação que estamos agora a discutir, foi uma documentação que foi primeiro a reunião de Câmara, e que nos foi remetida pela Câmara Municipal.



Na nossa perspetiva, não deve ser este o procedimento que deve ser seguido relativamente a esta matéria, pois a alínea d) do nº 2 do artigo 77, refere que: “competete ao auditor externo remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a situação económica e financeira”. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que tem que ser a Assembleia Municipal, deve receber diretamente por parte do auditor este relatório, e deve ser o senhor Presidente da Assembleia Municipal, por sua livre iniciativa, a trazer o assunto à Assembleia Municipal, independentemente de paralelamente a mesma situação ocorrer na Câmara. Isto não tem que ser primeiro discutido na Câmara e depois a Câmara é que delibera se remete ou não para a Assembleia Municipal como aconteceu”. -----

-----O eleito afirmou ainda: “Há aqui uma informação, que o orçamento foi aprovado inicialmente, o orçamento de trinta e seis milhões novecentos e oitenta mil, cento e cinco, e que à data de trinta de julho a situação já estava revista e o orçamento já estava em trinta e oito ponto dois milhões de euros, devido àquilo que aconteceu na revisão orçamental com a introdução do saldo da gerência. Mas o que é um facto é que, nos termos deste relatório, o grau de execução da receita no primeiro semestre foi de quatro ponto dezassete pontos percentuais, o grau de execução da despesa foi de trinta e dois ponto dezoito e o valor que foi arrecadado durante o primeiro semestre foi de treze milhões. Relembrar que a CDU votou contra a revisão orçamental, por causa da introdução do saldo de gerência, porque entendia que não se justificaria aumentar o orçamento, que o valor que efetivamente iria ser executado ficaria muito longe disso. Tanto assim é que neste próprio relatório é referido o problema do cumprimento da regra dos oitenta e cinco por cento de execução orçamental, que aliás é depois feita ou é depois executada através de uma operação que se há-de fazer daqui por um mês, que é aquele valor que foi introduzido no saldo de gerência, agora no final de dezembro, vai ser retirado, esse e mais, vai ser retirado para garantir o nível de execução desses oitenta e cinco por cento, tanto assim é que o próprio relatório refere aqui que propõe-se a adequada ponderação deste indicador, de forma a que no final de dois mil e vinte e cinco a execução atinja um rácio igual ou superior a oitenta e cinco por cento.” -----



-----O eleito prosseguiu: *“Importa referir que, também de acordo com o que está aqui referido neste relatório, que entre trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro o valor da dívida global registou um aumento de dois ponto quarenta e cinco milhões de euros, isto é o valor que está no relatório”. E ainda: “Outra nota que também aqui queríamos deixar prende-se com a questão, que foi uma questão sempre muito debatida nesta casa, dos resultados líquidos, dos prejuízos, da evolução, o valor para que se aponta do resultado líquido do período é um valor de cerca de 2 milhões de euros negativos, que é neste caso melhor que aquele que tinha sido verificado o ano passado, que foi de dois ponto oito milhões de euros, mas com um aspeto contraditório, este número é atingido sobretudo à custa do aumento da transferência de subsídios e correntes obtidos, e nós muitas vezes temos chamado a atenção de que tem havido um aumento significativo, nomeadamente por causa do aumento da participação dos impostos do Estado, e depois também outro aspeto, que é evidente, precisaria de ser, desculpem a expressão, “melhor descascado”, para se perceber, e que tem a ver com o facto de haver uma diminuição substancial das transferências e subsídios concedidos. Passou de um ponto nove milhões de euros em dois mil e vinte e quatro, no primeiro semestre, para um ponto três milhões de euros. Significa isto que a Câmara Municipal está a transferir menos apoio para outras entidades e para outras iniciativas, além de que o resultado do ano passado também estava influenciado pelo valor daquela manobra contabilística que nós discordámos, que teve que ver com a cobertura dos prejuízos da Lógica, sendo que, como refere aqui o relatório, os gastos apresentam na realidade um acréscimo de seiscentos e cinquenta mil euros”.* -----

-----O eleito mencionou ainda: *“A última nota, para terminar, tem que ver com as recomendações e os comentários finais relativamente a duas questões que são importantes, do ponto de vista da melhoria da nossa contabilidade e da nossa gestão, e é sempre nessa perspetiva da melhoria que se colocam aqui intervenções da CDU, mesmo a melhoria em relação àquilo que sempre se fez nesta casa, que tem que ver com a necessidade do encerramento de obras em curso e transferência dos financiamentos, que depois vão afetar se as obras não são dadas como concluídas, o imobilizado não passa a efetivo, não há depreciações, significa que os resultados*



depois não correspondem exatamente àquilo que é a realidade”. E terminou a sua intervenção, afirmando: “Outra questão também importante é o prosseguimento do processo e concretização da implementação da contabilidade de gestão, uma vez que até há, como por exemplo, no caso do ciclo urbano da água, em que na apresentação das candidaturas, tem que se mostrar evidência da forma como são apurados os custos, nomeadamente a contabilidade de gestão”. -----

-----Fez uso da palavra o eleito António José Gomes, cumprimentou todos os presentes e saudou elementos do PSD pelo regresso a essa casa. Afirmou: “Quanto à substância das contas aqui apresentadas, e tendo em conta também as referências que o José Maria Pós-de-Mina fez, eu iria só dizer duas ou três coisas. A questão da execução orçamental do primeiro semestre, não é novidade nenhuma, é comum, todos os anos isto acontece, a execução é sempre bastante baixa, não há aí novidade nenhuma, não há nada que se possa destacar. Também relativamente à regra dos oitenta e cinco por cento, isto objetivamente, aquilo que nós verificamos e temos verificado ao longo dos anos, é que no primeiro semestre, esta regra não está bem encaminhada para se cumprir, mas depois, efetivamente, nunca houve problemas com o cumprimento destas regras. Em relação ao resultado líquido, efetivamente o resultado líquido é negativo, mas, e como ele destacou, apresenta qualquer das formas uma evolução positiva. Do ponto de vista global, aquilo que esta informação nos diz é que a sustentabilidade das contas da autarquia mantem-se bastante estável, todos os indicadores económicos e financeiros mantêm a estabilidade que vinham evidenciando, alguns até melhoraram, portanto não há dentro desta informação e do ponto de vista desta consistência das finanças da autarquia, não há aqui nada que possa merecer preocupação, antes pelo contrário, nota-se ano após ano uma evolução que em nada, em nada apresenta qualquer orientação do ponto de vista negativo, pelo contrário, acho que esta Assembleia pode estar perfeitamente tranquila em relação ao que são neste momento as contas da autarquia”. -----

-----**Foi tomado conhecimento** da Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Moura, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----



-----11. Proposta – Concurso Público Simplificado Nº 01/2025 – Empreitada de Requalificação e Ampliação de Centro de Saúde de Moura: Modificação à dotação dos plurianuais do PPI. (DOC.14/02)-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra o eleito José Gonçalo Valente, cumprimentou todos os presentes. Colocou algumas questões ao senhor Presidente da Câmara: *“Uma é mais uma curiosidade que nós temos, tendo a deliberação do Tribunal de Contas sido tomada no dia três de outubro, quando é que a Câmara teve efetivamente conhecimento dela, e depois fazer questão de dizer que a nossa preocupação, que já era algo substancial relativamente a este processo e aos atrasos que se têm verificado, não efetivamente à execução da obra, porque essa será já uma inevitabilidade, será feita felizmente, mas relativamente ao cumprimento dos prazos que estão previstos no PRR. Eu andei a fazer alguma pesquisa, e fiquei um bocadinho confuso. Por acaso encontrei um post no LinkedIn do Coordenador da Execução do PRR, não me lembro ao certo do nome correto do organismo, que parece que será no final de setembro, que sim, estava previsto para junho, mas, entretanto, passou para setembro. Aquilo que efetivamente gostaríamos de saber, relativamente àquilo que são também as expectativas da Câmara Municipal, no que diz respeito ao cumprimento dos prazos que estão previstos para que não se perca a totalidade da verba ou parte dela, porque fiquei com essa dúvida relativamente ao que será perdido: é o que não está executado até ao final do prazo ou será efetivamente o financiamento completo? Gostávamos de saber quais são as expectativas da Câmara, relativamente ao cumprimento desses prazos, e também que medidas entretanto já foram tomadas para que não se perca este valioso contributo para uma obra tão importante para o nosso concelho”*. -----

-----No uso da palavra, o eleito João Guerreiro afirmou: *“Relativamente a este ponto nº 11, para que as especulações não se adensem mais, eu queria interpelar o senhor Presidente da Câmara, sobre quatro questões muito objetivas, tendo em conta que o SUB de Moura e o Centro de Saúde utilizam espaços comuns, e tendo em conta*



que o Centro de Saúde de Moura já se deslocalizou para as instalações onde neste momento está a operar, mas os espaços comuns que são utilizados pelo SUB de Moura, estão a ser neste momento requalificados, e tendo em conta isto, eu queria colocar quatro questões muito concretas: quando começa a obra do Centro de Saúde. Segunda questão: quando é que o SUB de Moura vai receber os três contentores que foram acordados para ajudar na logística operacional do SUB de Moura. Qual é a data de previsão do término da obra e também a mesma questão colocada por um membro eleito da bancada da CDU: é que se a execução do financiamento estará alinhada diretamente com o prazo de execução da obra e se existe risco de devolução do remanescente dos fundos do PRR, e se isso acontecer como virá a ser financiada a conclusão da obra.” -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: “Nós, desde aquela célebre reunião da CIMBAL, era então Secretário de Estado o Dr. Ricardo Mestre, que entrámos numa reunião da CIMBAL com cem mil euros para uma sala do movimento, uma sala de fisioterapia, que era aquilo que estava destinado para Moura e para o Centro de Saúde de Moura, saímos de lá nessa altura com a proposta de um milhão e meio de euros de investimento no Centro de Saúde. Sabíamos, desde logo, desde essa altura, foi até falado aqui nesta Assembleia, mas o José Valente não estava e o João Guerreiro também não, dos riscos e dos “timings” exigentes que nós tínhamos em cima da mesa, logo nessa altura. Passamos de um investimento de cem mil euros para um investimento de um milhão e meio, a necessidade de fazer projeto e de trabalharmos de forma concertada, quer com a Direção do Centro de Saúde, quer com a ULSBA, obviamente que o tempo é muito exigente, e corre sempre contra nós, e nós soubemos sempre disso. Mas chegar a um Centro de Saúde e ver camarões pendurados no teto e um balde lá pendurado, em dias de chuva, ou ver paredes a descascar, e ver as dificuldades que daqueles profissionais todos, e os utentes, porque também são vítimas do estado de degradação do Centro de Saúde de Moura, e não é tão velho quanto isso, desde a sua construção, obviamente que a Câmara de Moura tinha de assumir esses riscos e tinha que assumir a importância desta obra, porque esta obra não é só uma obra em que nós nos substituímos ao Estado, não estamos a substituir o Estado. É uma obra para os nossos, para o povo do Concelho de Moura.



Era impensável, o que diriam vocês de nós, tendo oportunidade de conseguir mais financiamento para uma intervenção no Centro de Saúde, nós tivéssemos regressado de lá só com cem mil euros, e sem um investimento desta dimensão. O que diriam vocês de nós! Obviamente, que não queríamos assumir responsabilidades, entre outras coisas, que se calhar até nos ficariam bem apontadas da vossa parte. O que é certo é que quer com a USLBA, quer com a Direção do Centro de Saúde, fomos fazendo sempre esse caminho. Foi adjudicado o projeto técnico, e o que é certo é que nós sabíamos sempre que o tempo iria correr contra nós, e sempre soubemos isso, mas há uma coisa que é mais importante do que qualquer tempo e qualquer financiamento do PRR, é a conclusão daquela obra, e a Câmara assumirá as suas responsabilidades, mesmo que haja corte no financiamento, e isso já o dissemos aqui também. Aqui há uns meses a esta data, e até levantou alguma polémica, eu recordo-me de uma vinda de uma Secretária de Estado já deste Governo do Primeiro Ministro Luis Montenegro, a Secretária de Estado da Tutela visitou a ULSBA para falar do estado da saúde no Distrito, e houve dois projetos que pela sua dimensão levantaram mais questões à senhora Secretária de Estado, e isto foi-me falado aqui em Moura, até com muita celeuma na altura, o que é certo é que da boca dos membros do Governo nunca houve a tentativa de falar com os município sobre esta questão. Porque a ULSBA sabe perfeitamente aquilo que nós sabemos, do risco que nós assumimos, e da importância desta obra. Toda a gente sabe e a tutela também sabe. Sabem que toda a gente sabe. E a administração do PRR também o sabe, e também o sabendo, acrescentou mais quinhentos mil euros a este investimento. Já nessa altura se podia dizer que a Câmara iria ter prejuízo nessa obra, porque não estava coberto o financiamento da totalidade da obra, e a Câmara assumiria essa responsabilidade, mas o que é certo é que o PRR mete mais quinhentos mil euros nesta obra. Obviamente, nós não sabemos se vai acontecer prorrogação dos prazos ou não, o que sabemos é que a Câmara vai honrar esta obra, e que a Câmara, como todas as obras que tem feito, vai pagá-la, de certeza absoluta, porque não é uma obra para encher o olho das pessoas, é uma obra que faz falta neste Concelho. Por isso a Câmara assume, com toda a boa fé, este desafio que obviamente vai custar ao orçamento da Câmara mais qualquer coisa. Assumir que obviamente se calhar não vamos cumprir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Albino

prazo do término da obra, da entrega da obra, não será o prazo em termos de execução do PRR. Mas eu estranho, não me levarão certamente a mal, que haja uma visita da senhora Primeira Ministra da Saúde a este distrito, e também não tenha tido a preocupação de, por exemplo, falar com os autarcas do distrito de Beja, sobre estas e outras questões, que têm a ver, não só com estas duas obras do distrito, mas com o estado da saúde no distrito. Porque nós temos dificuldades diárias, quer nos Postos de Saúde do concelho, quer no Centro de Saúde, quer no Serviço de Urgência Básica, e até hoje não houve um membro do Governo que chegasse ao pé de nós para conversar connosco e perguntar quais são as nossas dificuldades, mas a senhora Ministra sabe qual é a situação destas obras, a de Castro Verde está mais atrasada do que a nossa, elas quase que se equivalem do ponto de vista financeiro, mas o que é certo é que nós vamos honrar este compromisso, e disso podem as senhoras e os senhores estarem perfeitamente descansados. Agora estranha-se, de facto, que membros do Governo venham ao distrito e não falem aos autarcas, não procurem inteirar-se das dificuldades dos autarcas, mas o Presidente da ULSBA de certeza absoluta que fez chegar essa informação. Mas falaremos com o Governo, falaremos com o PRR, falaremos com todos estes decisores, no sentido de honrarmos o compromisso, que para nós é um compromisso que não tem discussão. São as questões práticas que os eleitos tinham colocado, sobre, por exemplo, a questão dos contentores. Foram adjudicados. Há espaços partilhados, havia a necessidade. Há aqui uma coisa que é importante que se refira. Houve sempre uma concertação muito grande, em termos de projeto, em termos de todo o caminho feito, entre a Câmara, a ULSBA e a Direção do Centro de Saúde. Não nos esqueçamos que a determinada altura houve uma mudança na coordenação do Centro de Saúde. Aquilo que um coordenador pensa a determinada altura não é a mesma coisa que a pessoa que se segue possa pensar. O que é certo é que toda a gente procurou fazer bem este caminho e ser cooperante, não é um caminho fácil, fazer um projeto, e depois temos a questão dos pareceres, da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil). Atrasou, atrasou, ao ponto de estarmos a telefonar constantemente, para a estrutura técnica, para que pudessem contribuir para a aceleração deste processo. Foi, de facto, um caminho das pedras, para termos esse processo fechado. Mas o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Caluste

posso dizer em relação aos contentores que foram adjudicados, a empresa já fez chegar a informação sobre a base onde assentam esses contentores, e estou em crer que nas próximas semanas vamos ter para a equipa da SUB os contentores para que possam ter, de facto, mais conforto. O que está no caderno de encargos é uma obra para nove meses, sobre a questão do prazo. Os riscos eram estes, no dia em que entrámos com cem mil euros e saímos com um milhão e meio, os riscos são os mesmos, volvidos mais quinhentos mil euros, de financiamento para esta obra, mas era uma obra à qual nunca poderíamos virar as costas. Porque era ou isto, ou fazermos este caminho, lado a lado com a ULSBA, assumindo responsabilidades, assumindo riscos, ou então voltamos a ter camarões no teto do Centro de Saúde. Temos aqui Técnicos de Saúde, que diariamente, aliás, vários enfermeiros nesta casa, que conhecem aquela casa como ninguém, e o Município de Moura nunca poderia virar as costas nem aos profissionais, que diariamente dão o melhor de si no Centro de Saúde de Moura, e muito menos aos utentes do Centro de Saúde. Pois foi um caminho, tem sido um caminho, de facto, complexo. Hoje as instalações, que são as instalações temporárias do Centro de Saúde, oferecem todas as condições para o trabalho, quer para os profissionais, quer de conforto para os utentes, e isso está garantido, como é óbvio, também com o esforço dos funcionários da Câmara, dos trabalhadores da Câmara Municipal de Moura e também dos trabalhadores e funcionários do Centro de Saúde de Moura, toda a gente colaborou muito na preparação destas instalações. Também teve a sua demora, não é fácil, e vocês sabem, como profissionais de saúde, sabem melhor do que eu, não é fácil transferir o Centro de Saúde para um outro espaço, é a primeira vez que isto se faz no Distrito de Beja, e isto, dito pelos responsáveis pela ULSBA, tinha de facto grandes desafios, tinha de facto dificuldades que nos ofereciam, mas há uma estabilização muito grande no funcionamento do Centro de Saúde, vamos garantir a estabilização do funcionamento do Serviço de Urgência Básica, e vamos dar o nosso melhor, em conjunto com a empresa, para fazer acelerar os processos no tocante à empreitada, sabendo desde a primeira hora os riscos que corríamos, os desafios que tínhamos pela frente, mas há um compromisso do Município de Moura que é inabalável, no tocante à conclusão desta obra. Vamos continuar a conversar com a ULSBA, com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

mfabriz
A

Governo, no sentido de, e volto a dizer, há duas grandes obras neste distrito, e os municípios assumiram essas responsabilidades, e nós nunca viraríamos as costas ao problema dramático que é o funcionamento do Centro de Saúde de Moura, e vocês sabem muito bem, melhor do que eu, vivem lá todos os dias em termos profissionais, chega a ser caótico algumas vezes, mas é para cumprir e será sempre para cumprir”. -

-----Retomou a palavra o eleito João Guerreiro, que afirmou: “Eu não tenho nenhuma preocupação pelo Centro de Saúde de Moura, mas quero aqui deixar perante esta Assembleia, não posso deixar de o dizer, que perante as novas instalações, de uma forma geral, das novas instalações onde está a operar os profissionais do centro de saúde, é de opinião geral que as pessoas estão contentes. Sendo provisórias, não sendo definitivas, mas a solução que foi encontrada, de uma forma geral, satisfaz os profissionais. Isso, do nosso ponto de vista, é de louvar. Depois, quanto aos baldes, como sabe, os baldes começaram logo desde as primeiras águas que choveram no concelho de Moura. Os baldes, o levantamento do chão, as fissuras, as goteiras, e está também aqui uma pessoa da bancada da CDU que pode testemunhar isso, portanto, foi um problema logo de início da obra, para quem não sabe, fica aqui o registo, que o Centro de Saúde nem se quer foi inaugurado. Uma coisa curiosa. O empreiteiro abalou, recebeu a última tranche, e entre as contas que fez, entre as correções que tinha de fazer, e ir-se embora, optou por ir-se embora, gastou menos dinheiro. Depois, quero aqui dizer também que, como disse aí, toda a gente tentou fazer este caminho todo. Permita-me discordar de uma coisa: nem toda a gente fez bem esse caminho, e eu vou explicar porquê. Porque o SUB de Moura nunca foi envolvido, desde o início deste processo, e creio eu que é uma lacuna muito grande isso não ter acontecido. E não aconteceu, sabe-se lá por quê. Mas de facto, só se aperceberam quando eu próprio comecei a questionar na própria instituição, porque é que o SUB de Moura, utilizando espaços comuns, não era visto nem achado neste processo, desde o início. Aliás, quando o Presidente do Conselho da Administração da ULSBA fez uma visita com a parte técnica dos serviços da ULSBA, ao Centro de Saúde, o Dr. Queimado questionou-me assim: “Então você não foi ouvido? Não, não fui, estou agora a ser.” Mas ainda vamos a tempo, espero que ainda vamos a tempo. E portanto, daí a minha conclusão de que o processo nem sempre correu bem, porque



estando duas prestações de serviço, uma de cuidados primários e outra prestação da área hospitalar a utilizarem espaços comuns, e sabendo-se que esses espaços comuns iam ser intervencionados, pois o SUB de Moura não poderia ter ficado de fora desde o início. Nós apanhámos o comboio já em andamento, e em muito andamento. Queria deixar aqui esta nota, que deve ficar registada". -----

-----Fez uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina. Frisou "Uma questão concreta, objetiva, que foi aqui levantada, para a qual não houve resposta, que é: quando se prevê o início das obras, e mais importante do que isso, porque é que as obras não estão iniciadas? Esse é um elemento importante, até porque o que nós estamos aqui a discutir neste ponto é um procedimento que tem que ver com a conclusão do processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nas quais a Câmara assumiu uma competência que era da Assembleia Municipal, por causa do cumprimento da regra dos Compromissos Plurianuais. E isso, se, e era uma pergunta muito objetiva: esta questão do visto do Tribunal de Contas está a impedir o início da obra? Se não está, o que é que está a impedir o início da obra? Até porque foi feita, foi iniciada com toda a pompa e circunstância, que a obra tinha começado, aliás até surgiu ali na campanha eleitoral que a coisa estava feita, e afinal não está, mas isso é outra história. Essa é uma questão". -----

-----O eleito prosseguiu: "A outra questão é que, tanto quanto nós sabemos, o compromisso aprovado, o que está aprovado em Reunião de Câmara Municipal, é o acordo entre a Câmara e o Governo, seja representado por quem for, com base no pressuposto de que o financiamento desta intervenção seria a cem por cento, e que a Câmara não colocaria um cêntimo. Aliás, o assunto esteve presente numa reunião de Câmara, e foi adiado precisamente porque os vereadores da CDU levantaram essa questão, para que a questão fosse clarificada, para que a Câmara não desse um passo que não fosse aquele que devia dar. Portanto, o senhor Presidente, o único compromisso que neste momento pode assumir relativamente a esta matéria é esse, não é outro. Porque para que isso aconteça, a Câmara ter que pôr linhas de casa, terá que haver uma nova deliberação de Câmara, e se, como o senhor declarou ao Diário do Alentejo: "mesmo que tenha de recorrer à banca, a gente vai à banca", essa matéria é uma matéria da competência deste órgão. É a Assembleia Municipal que tem que



autorizar o empréstimo. Estar já a assumir que vai fazer desta ou daquela maneira, sem que a questão seja colocada nos órgãos próprios, não nos parece que seja uma atitude a bisar, independentemente de depois da Assembleia e da Câmara aprovar, porque tem maioria, de uma forma ou de outra consegue assegurar a maioria, mas pelo menos tem que haver respeito, e esta é uma questão essencial, tem que haver respeito por aquilo que é o papel e o funcionamento dos órgãos autárquicos, e pelos vistos esse respeito não está a ser cumprido".-----

-----O eleito referiu que a grande preocupação era o problema do financiamento: "É evidente que nós compreendemos e entendemos que a intervenção do Centro de Saúde tem que ser feita, tal como tem que ser feita na Esquadra da PSP, tal como tem que ser feita no caso da Escola, que nos foi transferida a competência do antigo Ciclo. Mas atenção, estamos a falar de matérias que são da competência do Governo, e por serem da competência do Governo tem que ser o Governo a encontrar os meios e as formas do seu funcionamento, não pode fazer as coisas cavalgando em cima daquilo que a Câmara, na sua boa vontade, está sempre disponível para resolver. E depois vão sempre carregando, a gente sabe o que aconteceu também com outro tipo de intervenções. Porque, a partir deste momento, qualquer questão que nós aqui nesta Assembleia Municipal levantemos sobre matérias que são de competência da Câmara, que a Câmara diga: "Nós não temos meios para fazer", a Câmara não pode dar essa resposta, porque a Câmara até está a assumir questões que são de outras entidades. O que a Câmara tem que fazer e a postura que tem que colocar em primeira linha é: há um compromisso assumido, há um contrato que foi assinado na Câmara, e esse contrato tem que ser aprovado, tem que ser cumprido da parte da Câmara, da concretização da obra, da concretização célere. A outra parte é a parte que compete assegurar os meios financeiros, porque alocar ali meios financeiros significa não alocar meios financeiros a outras coisas que são importantes e que em primeira linha são do exercício da competência da Câmara Municipal. Chamamos a atenção para isso e para a necessidade de serem encontradas as formas e os meios de esta questão ser resolvida o mais depressa possível e de se manter esta linha de reivindicação junto do Governo, para que assuma a sua responsabilidade do ponto de vista do financiamento. O que nós estamos a fazer com este tipo de atitude é: estamos a ajudar a que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

nkabila

Governo, que nos tem abandonado, ainda nos vai abandonando mais, porque sabem que a Câmara vai tapar o buraco, a Câmara há-de resolver, porque é mais sensível, porque nós vivemos diariamente os problemas, e queremos que os problemas sejam resolvidos. Registo aqui a nossa preocupação relativamente a esta matéria, e gostaria de, voltando ao princípio da minha intervenção, a uma pergunta muito objetiva: o que é que impede neste momento o início das obras, esta questão do registo prévio do Tribunal de Contas, que impacto é que tem e que outros aspetos é que há que impedem e qual é a previsão para o início das obras? Se as obras levam nove meses, quanto mais tarde começarem, como é evidente, mais tarde se concluem. Quanto mais tarde se concluírem, mais problemas vamos ter com o financiamento". -----

-----Retomou a palavra o eleito Rui Apolinário, e disse: "Não entrarei em questões de natureza técnica, porque não é, manifestamente, área que domine no que respeita a contas, mas percebo um pouco da língua portuguesa e da intenção das palavras. E aquilo que eu ouvi do senhor Presidente da Câmara Municipal foi que a Câmara assumirá as suas responsabilidades. O senhor Presidente da Câmara, ao que me apercebo, não disse que paga em vez ou que autoriza pagamento em vez da Assembleia Municipal, ou que a Câmara Municipal se sobrepõe a decisões da Assembleia Municipal. Aquilo que eu ouvi o senhor Presidente da Câmara dizer foi que a Câmara assumirá as suas responsabilidades. Depois, deixar uma nota muito breve, sobre a importância das intervenções, repito, não de cariz técnico, mas de cariz político. Nós hoje ficámos a saber, nós já conhecíamos, naturalmente, mas aquilo que nos diferencia em termos ideológicos, é que para o Partido Comunista não passaríamos nunca da reivindicação, e com o Partido Socialista passou-se para a ação, assumindo naturalmente riscos. Esses riscos foram reconhecidos, mas atuou-se. O executivo do Partido Socialista não ficou à espera que a água continuasse a cair no Centro de Saúde de Moura, o executivo do Partido Socialista não ficou à espera que a Esquadra da PSP de Moura se continuasse a degradar, o executivo do Partido Socialista não se conformou com o estado dos postos da GNR do concelho de Moura, e atuou. Não reivindicou. Naturalmente que há outras matérias que teremos de reivindicar, e convidamos também o Partido Comunista a fazê-lo de forma veemente. Temos aliás, uma placa aí à porta, uma tela aí à porta, reivindicando a construção do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Palmeira

Bloco da Rega. Reivindicamos, mas também tentámos fazer. O Bloco de Rega não o podíamos pagar, não nos podíamos comprometer. Agora há de facto aqui uma diferença ideológica, que é perfeitamente legítima, o Partido Comunista faz bem em assumir que é dessa forma, reivindicando. O Partido Socialista atua quando os problemas devem ser resolvidos". -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: "João, começando pelo meu amigo. A relação que você tem com o Presidente da ULSBA é sua, não é do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara e a Câmara Municipal de Moura assumiram-se como parte da solução, e assumiram sempre as suas responsabilidades, e o interlocutor foi sempre o Conselho de Administração da ULSBA e a Direção do Centro de Saúde. Agora a forma como vocês se articulam é um problema vosso, não é um problema meu, e vão ter que me perdoar a sinceridade. Agora nós falámos sempre com quem de direito. Se entre vocês, que vivem paredes meias não se entendem, a culpa não é do Álvaro Azedo, tampouco da Câmara Municipal de Moura. Agora o que é certo é que quando se levantaram o problema dos contentores, e por aí fora, o que é que aconteceu? A Câmara Municipal de Moura está lá para resolver o problema e está lá para contribuir para o conforto dos nossos profissionais de saúde, e é isso que nós estamos a fazer, e é isso que nós vamos fazer com a instalação dos contentores.-----

-----Sobre porque é que a obra ainda não avançou, falta aprovar o PSS, que está neste momento em análise, e vai ser submetido em reunião de Câmara. -----

-----Sobre a questão do Tribunal de Contas, o vereador José Banha já lhe responde. Sobre a questão do financiamento, sobre a questão do que é que vai acontecer, eu não tenho medo nenhum do que é que vai acontecer. Eu só teria medo e vergonha se não assumisse esta responsabilidade em nome do povo do concelho de Moura. Agora o deputado que disse que deu um empurrãozinho neste assunto, agora tem a oportunidade, mais do que nunca, de dar um empurrãozinho na relação entre a Câmara e o Governo para a resolução do problema que se vier a colocar sobre o financiamento da globalidade da obra, se por acaso nós não cumprirmos o prazo que está estipulado, quer no caderno de encargos, quer no PRR. Agora as pessoas que de facto se preocupam com o distrito de Beja e com o concelho de Moura e com obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

que se deviam ter feito, e o João disse há bocado, e com toda a razão, os problemas do Centro de Saúde começaram logo no momento em que abriu e ninguém resolveu esses problemas. E é preciso aparecer uma Câmara Municipal do Partido Socialista para assumir essa responsabilidade, e está cá para assumir essa responsabilidade. Obviamente, nós não queremos meter dinheiro do Município de Moura, do Orçamento da Câmara nesta obra, e queremos que o Estado meta cá o dinheiro para assumir também a sua quota parte da responsabilidade. -----

-----Mas aqui atenção, quem assina cá as coisas em casa sou eu e assumirei sempre as minhas responsabilidades para com o povo e para com as empresas que trabalham connosco. Não deixarei faturas por pagar nesta casa, nunca, jamais, e o que é certo é que desde dois mil e dezassete até aqui fomos sempre assumindo as nossas responsabilidades, mantendo o equilíbrio financeiro desta casa e cumprindo sempre. Não há obra nenhuma nesta casa que se possa dizer que ficou alguma coisa por pagar desde aqui chegámos. Agora temos que reconhecer que isto é um processo difícil, é um processo que implica muito compromisso, não só do município, mas também da ULSBA, também do PRR, mas principalmente do Governo, e aí concordo com o eleito José Maria Pós-de-Mina. É importante que o Governo também assuma as suas responsabilidades e que não se divorcie das suas responsabilidades, que é uma coisa que a gente vê aqui de vez em quando, entre os membros do Governo. Falou-se aqui na questão da esquadra da PSP, da videovigilância, mas falo também da questão da educação, em que a Câmara Municipal assumiu responsabilidades. Em janeiro fez o seu próprio diagnóstico, o enviou, é importante que se diga isto em noites como esta, que estamos aqui a falar de responsabilidades de Governos e dos Municípios, que se digam estas coisas. Nós, em janeiro, enviámos para a Associação Nacional de Municípios e para o titular da pasta da educação, por exemplo, um diagnóstico e um contributo nosso para, obviamente, haver um acerto de contas. Nenhum membro do Governo respondeu nem a Associação Nacional de Municípios, que foi quem negociou com o Governo de António Costa esta questão do financiamento da educação e descentralização de competências na área da educação. Mais, no tocante à Esquadra da PSP e no que toca à videovigilância, também se passaram coisas engraçadas, que continuam a não dar resposta aos pedidos de audiência e de aceleração da questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Mabyla

da videovigilância. Mas isto é motivo para o Município de Moura desistir? Resolver problemas que são de todos nós? Não. E vamos continuar a insistir com o Governo, para que se assine de vez o acordo e se possa instalar a videovigilância nesta cidade, para que se faça a obra da Esquadra da PSP, faltam mais quinhentos mil euros, no mínimo, para se lançar novamente o concurso da empreitada e temos que nos entender com toda a certeza com o Governo por causa do Centro de Saúde de Moura. Porque é uma vergonha, que uma obra que era relativamente nova, ao fim de poucos meses de utilização, ter os tais camarões. Mas ninguém nesta sala sente vergonha do estado em que está o nosso Centro de Saúde, desde que foi construído? Não sentiremos vergonha de entrar na Esquadra da PSP e ver que os agentes da PSP nem conseguem tomar um banho nos balneários que lá têm para seu conforto? Acho que devíamos ter vergonha. Agora nós não podemos passar a vida a fingir e a fugir a estas responsabilidades, porque os enfermeiros que trabalham neste Centro de Saúde são nossos, são pagos pelo Sistema Nacional de Saúde, mas são nossos, são pessoas nossas que trabalham lá. Os agentes da PSP que estão nesta Esquadra são nossos, da mesma forma que os militares da GNR, que estão nos postos da GNR, e se queremos reforço do contingente de militares da GNR nos Postos, e fizemos aí um trabalho extraordinário com as Juntas de Freguesia, com a Junta do Sobral, com a Junta de Safara e Santo Aleixo da Restauração, toda a gente ajudou. E então não se estão a substituir ao Estado? As Juntas e a Câmara substituíram-se ao Estado na melhoria dos Postos da GNR. Toda a gente contribuiu com obras, com aquisição de mobiliário, toda a gente contribuiu. Obviamente que todas estas questões, e voltando ao Centro de Saúde, têm que ficar resolvidas, mas têm que ficar resolvidas em diálogo com o Governo, e eu não tenho dúvidas nenhuma que se vão resolver, de uma forma ou de outra. O que nós estamos a assumir, e volto a dizer isto, minhas senhoras e meus senhores, estamos a assumir responsabilidades em nome do Estado Português, e obviamente o Estado Português não pode deixar ficar mal os municípios e quem, ao fim de tantos anos, deu a cara pelo seu território. Não tenho dúvidas nenhuma que vamos honrar o compromisso da obra, honrar o compromisso do pagamento desta obra e sair todos muito bem desta fotografia. Quanto à questão do Tribunal de Contas, o vereador José Banha vai esclarecer”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. E. Silva

-----No uso da palavra, o senhor Vereador José Banha cumprimentou todos os presentes e desejou um bom mandato a todos. E afirmou: *“Naturalmente já vimos que há aqui caras repetidas, incluindo alguns membros do executivo, mas também já há umas ideias e umas manias do passado, que também estão a repetir, e é curioso. Nós, efetivamente, no passado, quando vinham aqui os pontos da Ordem de Trabalho, cingíamo-nos, ou quando queremos, cingimo-nos só aquilo que é o ponto de Ordem de Trabalhos. Naturalmente, este ponto da Ordem de Trabalho não fala em concreto na empreitada, fala noutra temática, que é a questão da modificação à dotação dos plurianuais do PPI. Vamos divagar, porque parece que toda a gente quer ser o pai da criança desta obra, que agora está para acontecer, porque efetivamente já falámos aqui um pouco sobre a questão do financiamento, é verdade que começámos com esse valor dos cem mil, depois passou para um milhão e meio, e neste momento há a cobertura total do investimento porque, quero lembrar, que esta obra já está adjudicada. Não estamos ainda na fase da adjudicação, já está adjudicada, tendo financiamento, devidamente reposto nos dois milhões de euros, e aí vai cobrir os cem por cento, e resolvemos o problema da CDU, em que não deve investir dinheiros próprios nas infraestruturas no seu concelho, quando não são donos delas. Já tinha caído a PSP ou podia cair, o Centro de Saúde também podia cair, as muralhas podiam cair, as igrejas podiam cair, porque isso tudo não era competência da Câmara, cingíamo-nos ao que era da Câmara, visto dessa perspetiva. -----*

-----Por isso, dizer-vos que em relação a este processo, feita a adjudicação da obra, havendo empreiteiro, também é muito difícil, isto é bom que se diga, é difícil nos dias de hoje arranjar empreiteiros para obras desta dimensão, no nosso território. Sabemos que estamos longe dos grandes centros e é muito difícil. As obras, para nós, são todas muito mais caras do que são em Lisboa ou que são no Norte do país, porque é aí que estão as grandes empresas de construção neste momento, mas, mesmo assim, os processos têm avançado. Dizer que em relação a este passo que está aqui em cima da mesa, e o que leva a trazer aqui este ponto da Ordem de Trabalhos, é que o Tribunal de Contas na primeira submissão pôs um conjunto de questões, como põe em todos os processos, mas aquilo que nós verificámos é que neste pedido de Visto do Tribunal de Contas era necessário trazer aqui esta alteração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Balbino

à Assembleia Municipal. E isto não é uma opinião só nossa, é uma análise também foi feita, jurídica, e que se verificou com outros municípios que efetivamente não foi dado o visto a outras obras da mesma natureza porque não tinham levado à Assembleia Municipal. Efetivamente, o ponto da Ordem de Trabalhos que está aqui em cima da mesa é cingir-se a isso. É para haver uma alteração do PPI, para que nós possamos dar resposta ao Tribunal de Contas e que o mais breve trecho, dando resposta no início da obra, porque o Tribunal de Contas o Visto é vinculativo, possamos, com segurança, avançar com a obra. E aquilo que a gente prevê é que no próximo mês, trinta dias no máximo, porque vocês sabem que o Tribunal de Contas bloqueia, digamos assim, o tempo que decorre para dar resposta, tem essa prerrogativa, pensamos que mais trinta dias estaremos em condições de poder avançar, tendo o PSS e o Visto do Tribunal de Contas, avançar com toda a segurança essa obra. Agora a verdade é esta, é que hoje todas as bancadas se lembraram, quase todas, que efetivamente o Centro de Saúde precisava de obras”. -----

-----Retomou a palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, que afirmou “Talvez conviesse o vereador José Banha e o Presidente falarem um bocadinho antes, e trocarem impressões, que é para um não dizer uma coisa e depois o outro diz outra, porque o senhor Presidente da Câmara disse que o Visto do Tribunal de Contas não tinha interferência no início da obra, que era apenas o Plano de Segurança, o PSS, aliás eu vou ler o que está aqui, eu vou ler a notícia do Diário do Alentejo: “De acordo com o autarca, as obras só arrancaram depois de aprovado o Plano de Segurança e Saúde que será levado à próxima Reunião de Câmara do dia dezanove. Depois a empreitada seguirá o seu curso natural”. Isto disse o senhor ao órgão de comunicação social. O que é um facto é que primeiro, o PSS não foi à reunião de Câmara de dia dezanove, não foi, e segundo, o senhor omitiu que devia ter dito nestas declarações, que além do PSS, ainda estamos a aguardar o Visto do Tribunal de Contas e o Visto do Tribunal de Contas não foi concedido porque a Câmara não cumpriu um requisito para obter esse Visto, que foi de aprovar os Compromissos Plurianuais. A Câmara, independentemente das razões, a Câmara neste momento tem responsabilidades no atraso do início das obras, porque não tratou devidamente do processo da aprovação dos compromissos plurianuais. Portanto isso é um facto e foi confirmado agora nestas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Alvaro

intervenção. Depois, em relação ao teor da discussão que estamos a ter aqui hoje, pelo menos eu tive essa preocupação na minha intervenção, estamos a falar de compromissos plurianuais, portanto estamos a falar de encargos ou de compromissos de natureza financeira que a Assembleia Municipal tem que dar a sua luz verde, para que sejam assumidos para os anos subsequentes. Portanto, toda a discussão em torno se o financiamento é cem por cento, se é a trinta, tem toda a legitimidade e faz todo o sentido estarmos aqui a discutir esta questão". -----

-----O eleito prosseguiu: "Mas também gostaria, já agora, pegando nas mesmas declarações sobre esta questão do que é que se diz, diz esta notícia: "Assegura Álvaro Azedo, acrescentando que, quando chegar a altura, a autarquia assumirá, seja de que forma for, o financiamento integral da obra. Seja através do Governo, que poderá vir a afetar outras verbas, seja através do Município, recorrendo à banca." O português, que há bocado o senhor Rui Apolinário referiu, está aqui. Obviamente está a assumir, quando eu na minha intervenção fiz referência a esta questão estava fazendo referência a este aspeto em concreto. Uma última nota, e agora vou desviar, que não tem nada que ver com este assunto, mas que já aqui foi falado aqui pelo senhor Rui Apolinário, é só dar a informação que neste momento, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e seis, uma das propostas que o Partido Comunista apresentou e que vai ser discutida e que vai ser votada, é precisamente uma norma do Orçamento de Estado relativamente ao Perímetro da Rega Póvoa-Moura-Amareleja". -----

-----No uso da palavra, a eleita Maria de Fátima Ramalho, cumprimentou os presentes e afirmou: "Relativamente à observação que o eleito Rui Apolinário fez relativamente ao Partido Comunista só fazer reclamações e não apresentar obra, eu gostaria de lhe colocar uma questão. Realmente nesta casa e o senhor Presidente da Câmara está cansado de repetir que os enfermeiros são muito importantes, que quer realmente o nosso bem-estar e que coloca a Câmara e autarquia e tudo o que tiver disponível à disposição do bem-estar dos enfermeiros e de todos os funcionários do Centro de Saúde, então a minha questão é a seguinte: Iniciámos o terceiro mandato e porque é que só agora é que os enfermeiros são preocupação, porque é que só agora interessa um balde que está pendurado com um camarão? Eu estou no Centro de



Saúde, e o João não me deixa mentir, desde dois mil e sete, e quando vim para o Centro de Saúde já lá estava. E se realmente, quando tomaram posse no primeiro mandato, os enfermeiros e o bem-estar da população que se dirige ao Centro de Saúde é tão importante e incomoda tanto ver um camarão pendurado e ver as paredes a escorrer água, inclusive do meu gabinete escorre água da parede, eu gostaria de perguntar porquê agora? Porque houve um PRR que ajudou, que tratou? Quer dizer, o PS vai ficar com os louros da obra do Centro de Saúde, não é verdade, olha que bem, senhor Presidente Álvaro Azedo, fez a obra do Centro de Saúde, mas não é assim. Porque se não houvesse dinheiro, o que é que se ia fazer? Ia-se proceder àquilo que estava feito, renovar um espaço para a fisioterapia, num espaço que é o búnquer, e tapar umas goteiras do telhado, rebocar umas paredes e ficava-se por aí. Portanto, chagava. Se não houvesse dinheiro que vem do PRR, não haveria obra, como é lógico. Portanto, a vossa preocupação não é connosco não, não é com os enfermeiros. A preocupação é o vosso bem-estar politicamente". -----

-----Retomou a palavra o eleito João Guerreiro: "Eu queria aqui fazer um esclarecimento que tem a ver com o início da intervenção do senhor Presidente da Câmara, quanto ao relacionamento interinstitucional. É verdade. Eu acho que na minha intervenção deixei bem sublimado, e eu explico porque deixei sublimado aquilo que eu penso de quem seja a responsabilidade da má condução do processo. Se eu achasse que fosse da Câmara, uma vez que estão aqui presentes, eu tinha dito diretamente e tinha a possibilidade de se defender, naturalmente. Também citei aqui o Dr. Queimado, o Presidente do Conselho de Administração, porque acho que ele também não está no meu pensamento e na minha conclusão não está incluído nisto. Mas não citei a pessoa que no meu pensamento acho que conduziu o mal todo o processo, e não citei o nome porque a pessoa não está aqui, não tem possibilidade de se defender e naturalmente expor os seus argumentos, porque é que procedeu assim. Fica aqui este esclarecimento." E prosseguiu: "Fala-se aqui de enfermeiros, enfermeiros, enfermeiros. É verdade. Eu sou enfermeiro, mas eu vou-lhes dizer uma coisa. Eu, quando falo em saúde, quando abordamos estas questões da saúde, eu olho para as equipas, e de facto, quando o senhor Presidente diz os nossos enfermeiros, é verdade. Eu acho que todos os profissionais que trabalham no Centro de Saúde de Moura e no SUB de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Moura têm um trabalho de elevado mérito, porque cuidam dos nossos. São nossos, mas também cuidam dos nossos, e mais, cuidam para além dos nossos, porque a área de abrangência, quer de uma unidade, quer da outra, vai para muito além do Concelho. Só para ficar aqui a informação, nós recebemos doentes inclusive de Reguengos. Portanto, fica aqui este esclarecimento". -----

-----Retomou a palavra o eleito Rui Apolinário, esclarecendo: "Aquilo que eu marquei aqui, quis propositadamente fazê-lo e até destrincei aquilo que são questões de natureza técnica e de natureza política, que politicamente há uma diferença ideológica entre o Partido Comunista e o Partido Socialista relativamente àquilo que são as matérias que o Partido Comunista considera que são exclusivas do Estado e que o Partido Socialista considera que perante a necessidade, que foi o caso, que eu não me cingi apenas ao exemplo do Centro de Saúde, falei na Esquadra da PSP, falei nos Postos da GNR, e falei também no Centro de Saúde. Perante esta necessidade, ideologicamente o Partido Socialista entende que deve atuar. A diferença foi só essa, e muito menos me referi a classe profissional dos enfermeiros, de todo. Na minha intervenção, não consegue retirar uma palavra em que me tenha referido concretamente a enfermeiros, a médicos, eu falei de âmbito geral, e peço que faça justiça a esta minha intervenção, porque de todo, não disse rigorosamente nada daquilo que a Fátima disse. Aquilo que disse é que o Partido Socialista atua, o Partido Comunista reivindica. Mas é uma questão puramente ideológica". -----

-----Retomou a palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina, frisando: "É só dizer que o SUB existe e a viatura, a CIV, porque houve um compromisso entre uma Câmara CDU e o Governo, relativamente à sua concretização, e que até a Câmara assumiu uma parte do financiamento. Essa questão de dizer que a CDU apenas reivindica e que o PS executa e que o PS é que faz, isso não é correto". -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara afirmou: "Deixem-me só, e respondendo à Fátima, aquilo que a senhora disse não é um equívoco, dá-me muita pena que você diga uma coisa dessas, porque eu não sou só autarca desde dois mil e dezassete. Eu habituei-me, enquanto estava na Junta de Freguesia de Santo Agostinho, mais os meus colegas, e depois na União de Freguesias de Moura e Santo Amador, ser sempre parte da solução nos problemas do Centro de Saúde de Moura.



Moura
[Signature]

Foram pinturas, foram trabalhos de carpintaria, algumas vezes, foram trabalhos de eletricitista, deixe-me terminar que eu não interrompi, Fátima, porque os camarões estavam lá desde mil novecentos e noventa e três ou mil novecentos e noventa e quatro, na altura em que abriu o Centro de Saúde, mas eu nunca vi a CDU resolver o problema em vinte anos. É verdade, a questão do SUB foi numa Câmara da CDU esse investimento, mas os problemas do Centro de Saúde eu não vi nunca a CDU resolver ou ver sequer qualquer tipo de preocupação extra no sentido de ser parte da solução. E agora está a dizer que o que o Álvaro Azedo quer é ter uma placa lá? Eu estou-me rentando para as placas e quero é que as pessoas vivam bem neste concelho. Eu estou-me rentando para as placas, Fátima, eu quero é que o Centro de Saúde proporcione boas condições aos seus profissionais e as melhores condições possíveis aos utentes do Centro de Saúde. Isso é o que eu quero. É, cada vez que entrar naquele Centro de Saúde, ver que vocês têm boas condições de trabalho e que os utentes do Centro de Saúde de Moura são tratados com dignidade. Essa é a minha placa. O resto, vocês podem ficar com as placas todas aí nas paredes dos edifícios, que isso a mim não me faz confusão nenhuma. -----

-----Quanto às questões que o João colocou sobre a importância do SUB. Nunca, nunca coloquei em causa a importância do SUB. Mais, nas intermitências que tem havido sobre o funcionamento do SUB e os problemas que tem havido com as escalas, procurei sempre estar próximo da ULSBA e do seu Conselho de Administração, procurando ser parte da solução. Sempre, sempre. E não é por falta de esforço do Município e falta de esforço desta casa, no seu todo, que as coisas têm estado piores. É verdade, algumas escalas ficaram comprometidas porque o doutor Fernando, por exemplo, se reformou, e o João sabe que isto é verdade. E isso causou desequilíbrios nas escalas, mas continuamos atentos às vossas necessidades, continuamos atentos às vossas preocupações, e o João sabe, sempre que precisa de alguma coisa, ou é um telefonema, ou um e-mail, e nós vamos correndo, tentando resolver. É verdade ou é mentira? Então pronto, deixemo-nos de placas.”. -----

-----Não se verificando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia afirmou que passariam à votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Minuta

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com 26 votos a favor, **aprovar** a proposta de Concurso Público Simplificado Nº 01/2025 – Empreitada de Requalificação e Ampliação de Centro de Saúde de Moura: Modificação à dotação dos plurianuais do PPI, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----**APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA**-----

-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**DOC.13/02**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada** por **unanimidade dos presentes**, com 26 votos a favor, foi assinada, pelo Presidente André Eduardo Tita Gonçalves e pela Segunda Secretária, Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Eram 23 horas e vinte e 35 minutos do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e cinco, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Maria Luísa Bergano Godinho, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda Secretária.-----

-----O Presidente, André Eduardo Tita Gonçalves-----

-----A Segunda Secretária, Maria Fialho Godinho B. Cabrita-----